

HISTORICIDADE E RESISTÊNCIA: DISCURSOS EM DEFESA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO *FACEBOOK*

Ana Beatriz S. Brandão de Souza (UFMS)

anabeatrizsbs19@gmail.com

Elaine de Moraes Santos (UFMS)

profainemoraes2@gmail.com

Amanda da Silva Duarte (UFMS)

amandasduarte0@gmail.com

RESUMO

A escrita da história da educação de Campo Grande-MS ganhou novas páginas na luta pelo ensino público e de qualidade, já que, no início do segundo semestre de 2019, desligamentos de profissionais da área fomentaram a abertura do debate quanto aos impactos imediatos nas instituições, nas famílias, nas salas de aula. A última manifestação pró-educação, realizada em 16 de julho, contou com pais e professores que protestaram contra a demissão dos APE (Apoio Pedagógico Especializado), na rede municipal. De posse de tais condições de possibilidade e à luz do escopo teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação francesa, objetivamos, por meio deste trabalho, problematizar como os sujeitos-usuários se engajam frente às publicações relacionadas ao corte à educação, na capital, realizadas pelas páginas dos jornais *on-line* “Midiamax” e “Campo Grande News” no *Facebook*. Levando em conta que as mídias sociais digitais figuram como espaços de fala e de escuta das mais diferentes ordens, observamos, pela análise do arquivo, que o engajamento produzido nos comentários uniu enunciados de representantes inseridos na ordem discursiva escolar, fazendo reverberar maior conscientização da população afetada acerca do que se configura resistir enquanto dispositivo de poder coletivo.

Palavras-chave:

Desligamentos. Educação Especial. Mídia Digital.

ABSTRACT

The history of Education in Campo Grande-MS Brazil has featured significantly in its struggle for public and quality education. In mid-2019, the layoff of several teachers triggered the discussion on the immediate impacts on institutions, families and schools. The last manifestation in favor of education, undertaken on July 16, had the support of parents and teachers who protested against the laying off of the Specialized Pedagogical Support (APEs) within the municipal school network. Under these conditions and within the perspective of the theoretical and methodological aims of French Discourse Analysis, the problematization of the manner agents-users engaged themselves on the Facebook’s online newspapers “Midiamax” and “Campo Grande News” in the wake of publications related to financial cuts in education in the capital city. Since digital social media are chat spaces of the most different orders, we may conclude, through the analysis of files, that engagement produced in the comments bonded enunciations of representatives inserted within the school discourse order and

produced greater conscience-raising in the population affected on the issue of resistance as a disposition of collective force.

Keywords:

Layoff. Special Education. Digital media.

1. Considerações Iniciais

“Educação é um processo tão complexo e exigente, imagine a especial [...] é preciso contar com equipes preparadas [...] É fundamental boa formação pedagógica, tempo de exercício e apoio do sistema de ensino durante o processo do trabalho docente. Enquanto o sistema público não colocar a Educação no lugar que ela merece, não haverá efetivo desenvolvimento da Nação.”¹

No comentário trazido como epígrafe, a usuária do Facebook reitera um alerta em torno das complexidades inerentes ao processo educativo e sua relação direta com o desenvolvimento de uma nação. Sua fala emerge no segundo semestre de 2019 – ano em que, com o início de novos governos nos estados e na federação, um cenário de incertezas foi instaurado com alterações em vários setores da sociedade brasileira.

A nível nacional, professores e instituições de ensino vêm sofrendo com cortes nos investimentos, desvalorização do profissional docente e minimização dos direitos das minorias, dentre outras partes de um sistema que desorganiza a educação pública, inviabilizando a manutenção de sua qualidade. Há, ainda, uma distorção do que se prega por igualdade de direitos, uma vez que não se trata de homogeneizar culturas, pessoas, saberes, mas de fornecer recursos considerando as individualidades de cada sujeito para oportunizar sua inserção em todos os âmbitos sociais.

No país, o acesso ao saber escolar já sofreu inúmeras transformações ao longo da história, seja as registradas formalmente ou as que transcorrem no silêncio do dia a dia das escolas. No que diz respeito à Educação Especial, cada mudança requer planejamento e avaliação porque, pela narrativa da inclusão, constroem-se perigosas fronteiras entre o

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/cgnews/posts/2318489971553175>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

pertencente e o não pertencente. Trata-se de um enfrentamento à constante normatização que o corpo com deficiência sofre e das reivindicações frequentemente necessárias para assegurar direitos garantidos pela Constituição.

Os paradoxos entre as demandas populares e as políticas públicas locais chamaram a atenção de pais, professores e outros membros das comunidades escolares da capital sul-mato-grossense, motivando seu engajamento em mais uma luta por conscientização e justiça. A mobilização começou quando a prefeitura, por meio do Diário Oficial, lançou edital para seleção de candidatos à Assistência Educacional Inclusiva (AEI). A abertura do certame destinava-se à substituição dos professores regentes do Apoio Pedagógico Especializado (APE). De acordo com nota² divulgada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), os novos profissionais poderiam ter como formação mínima apenas o Ensino Médio completo, conforme assegurado no artigo nº 59, de 2013³, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 16 de julho de 2019, os jornais locais “Midiamax” e “Campo Grande News” noticiaram⁴ esse acontecimento que marcou a história da Educação Especial na cidade. Cientes da tensão instaurada, objetivamos, com este texto, problematizar como os sujeitos-usuários da rede social se engajaram frente às publicações realizadas pelos jornais *on-line* em suas páginas oficiais no *Facebook*.

Filiadas aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, nossa reflexão situa, primeiramente, a *história descontínua* (FOUCAULT, 2008a) das demissões publicizadas nos jornais *online*, traçando as *condições de possibilidade* (FOUCAULT, 2014) para a circulação de comentários em defesa da manutenção dos

² Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2019/marquinhos-diz-queprofessores-dispensados-eram-indicacoes-politicas-na-semmed>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

³ Ainda que o ano de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases seja de 20 de dezembro de 1996, o art. 59, inserido no documento, é apoiado pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴ *Link* de acesso para a notícia no *site* do Campo Grande News: <<https://www.campograndenews.com.br/educacao-e-tecnologia/pais-protestam-contra-substituicao-de-professores-da-educacao-especial>>. Acesso em: 04 abr. 2020. *Link* de acesso para a notícia no *site* Midiamax: <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2019/temendo-regresso-no-crescimento-pedagogico-de-alunos-pais-e-professores-protestam-contra-corte-de-apes>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

APE nas instituições de ensino. Em seguida, abordamos as *práticas discursivas* (FOUCAULT, 2019, p. 143), e(m) mídias digitais como um mecanismo essencial de denúncia e participação social na trajetória dos internautas. Por fim, analisamos os engajamentos dos sujeitos inseridos na *ordem discursiva* escolar, enquanto representativos de gestos de *resistência* (FOUCAULT, 2004).

2. História descontínua da educação especial em campo grande

Sob a perspectiva da *descontinuidade*, Foucault (2008a) teoriza que a história deve ser entendida com base nas transformações que uma sociedade é capaz de sofrer e/ou realizar. Mobilizar tal concepção para a análise de nosso objeto de pesquisa implica colocar em jogo não apenas relatos conhecidos e oficializados, mas, também, os acontecimentos invisíveis, os não perceptíveis fora das interfaces das redes sociais e/ou aqueles que são manifestos diferentemente do já institucionalizado. Para o filósofo francês,

Tal como não há revolução violenta na vida, mas simplesmente uma lenta acumulação de mutações minúsculas, da mesma forma a história humana não pode realmente trazer em si revolução violenta, ela apenas trará em si pequenas mudanças imperceptíveis. (FOUCAULT, 2008a, p. 295)

Metodologicamente, a abordagem requer uma suspensão da história registrada contínua e linearmente – como se fosse homogênea e comum a todos que a vivenciaram – na direção de um trabalho aberto ao relato sobre lutas empreendidas e mudanças realizadas em cada comunidade. Na proliferação de discursos relativos às diferenças, geralmente, são temáticas levantadas o combate à intolerância, o respeito à diversidade e a igualdade de direitos. De maneira geral, o aumento da demanda por inclusão sustenta-se em valores “inquestionáveis” de nossa sociedade, essencialmente porque é tida enquanto promotora de garantia a pessoas que estejam no limite das privações sociais, do acesso às oportunidades e dos recursos fundamentais para integração em todas as esferas da sociedade, sejam elas econômicas, culturais ou educacionais (COM, 2003).

Quando são entendidas simplesmente como o contrário de *exclusão* – mobilizada, aqui, como “um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude de discriminação” (COM, 2003, p.

9), as iniciativas acabam restritas à existência de vagas para os estudantes ou à dicotomia presença-ausência de profissionais aparentemente substituíveis, em termos de acompanhamento, sem se conceber a verdadeira complexidade inerente ao ato de incluir.

No Brasil, a Lei nº 13.146, instaurada em 16 de julho de 2015, assegura, em seu capítulo IV, no parágrafo único, que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015). Levando em conta tais direitos e focalizando especificamente o contexto local, pensar sobre a Educação Especial em Campo Grande demanda, sobretudo, uma ruptura com ditos homogeneizantes, pois diz respeito a uma modalidade de ensino-aprendizagem cuja proposta pedagógica contempla:

[...] recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 39)

O percurso histórico pelo qual a Educação Especial vem passando no estado iniciou-se em 1981, com a criação da 1ª Diretoria de Educação Especial em Mato Grosso do Sul. Desde então, políticas públicas foram implementadas para que uma nova ordem discursiva superasse práticas segregacionistas.

Voltando-nos para o acontecimento que motivou a realização deste exercício analítico, a decisão de substituir profissionais qualificados pelos sem especialização levou pais e professores a protestarem, realizando uma manifestação em frente ao Ministério Público Estadual, no mesmo dia em que os jornais *online* a divulgou. Conforme dados disponibilizados no Mídiamax, até o final do ano de 2019, havia cerca de 820 APE atuando na REME (Rede Municipal de Ensino) e mais de 2,5 mil alunos atendidos, sendo que cada profissional auxiliava aproximadamente 6 deles.

Entender a valoração desse quantitativo é importante porque, de acordo com o Manual do Ministério da Educação (MEC), a modalidade de atendimento educacional descreve o professor enquanto mediador no processo de ensino-aprendizagem, individual e/ou coletivo, sempre levando em consideração as necessidades do aluno e visando à eficácia de sua interferência em cada processo. Na área da linguagem, trata-se de um

profissional capacitado, por exemplo, para promover letramento e sensibilidade estética; para estudar o uso efetivo da língua em situações contextualizadas; para avaliar conhecimentos prévios do aluno e desenvolver uma proposta didático-pedagógica voltada à ampliação de seu escopo de uso. A disponibilização dos profissionais especializados equivale, pois, a outro avanço para o sistema organizacional da Educação Especial em nosso Estado, encaixando-se como pauta essencial da causa inclusiva.

Tendo em vista as garantias conquistadas na década de oitenta e diante do cenário educacional descrito, a implementação do APE se firma, essencialmente, em sua capacitação para o trabalho com modalidade educacional específica, porque as atividades pedagógicas destinadas ao aluno com deficiência requerem uma atuação, didático e conceitualmente especializada, pressupondo, de modo indispensável, contar com experiência e formação teórico-prática, conforme consta no edital N° 36/2018, publicado no Diogrande:

O profissional designado para a função de auxiliar pedagógico especializado, oferecerá, em caráter complementar e suplementar ao currículo, apoio pedagógico especializado, por meio de metodologias que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, público-alvo de atuação desse profissional, matriculados em classes de ensino comum das unidades da Rede Municipal de Ensino/REME de Campo Grande-MS.

Com frequência, são desenvolvidas reformas institucionais na busca por transformações socioeducativas, no entanto o atendimento das exigências sociais e pedagógicas alvitadas nos referenciais dos APE tomaram outro rumo. De acordo com professores ouvidos pelos jornais, o aviso de cancelamento do contrato aconteceu informalmente, por ligações e/ou mensagens no *whatsapp*, estabelecendo um olhar, e consequentemente uma relação, pouco profissional.

No que diz respeito ao recorte proposto, ressaltamos que nosso acesso às informações, relacionadas tanto aos trâmites das demissões, quanto à manifestação, decorreu da divulgação das mídias *on-line*, em período posterior aos acontecimentos. Isso denuncia a carência de um debate mais aberto à população, com consulta aos especialistas na área, escuta das necessidades de pais e a articulação com as escolas, sobre mudanças necessárias. Situamos, então, esses espaços enquanto dispositivos fundamentais para criação de novas páginas na luta pelo ensino público, inclusivo e de qualidade.

As publicações disponibilizadas pelas mídias *on-line* ressaltaram

que o cancelamento do início do 2º semestre do ano letivo, na rede municipal, deveu-se aos prazos do processo seletivo aberto. Segundo a SEMED, a decisão foi tomada na direção de cortar investimentos na área. Em contrapartida, a fim de minimizar a repercussão, a instituição garantiu assegurar a não interrupção da assistência aos estudantes.

O que foi silenciado pela secretaria, na verdade, é o fato de que os atendimentos mantidos seriam realizados sem a devida qualificação, alterando significativamente os critérios outrora adotados. Conforme entrevista dada ao Midiamax, a APE, Joyce Garcia Campos, ressalta o desamparo experienciado por profissionais e alunos: “é muito difícil, pois começamos com o estágio, estudamos, nos especializamos para atender às crianças, fizemos pós-graduação, e o corte, além de destruir nosso sonho, atrapalha no aprendizado do aluno”⁵.

No encaixe do cenário político abordado, ao darem visibilidade aos movimentos sociais, bem como às opiniões individuais de cada sujeito, vemos que a mídia assume um caráter de compromisso público com a transmissão de informação para a sociedade. Sabendo que o discurso ultrapassa as significações preestabelecidas pela língua abrangendo, também, o acontecimento do qual ele emerge, é que partimos das *condições de possibilidade*⁶ discutidas para pensar na mídia social digital, bem como em seu papel frente às demandas político-sociais em estudo.

3. *Práticas discursivas e(m) mídias sociais digitais*

Para Foucault (2019, p. 143), o discurso é concebido enquanto conjunto de *práticas discursivas*, as quais são “[...] regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram [...] as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2019, p. 144). A enunciação, a partir da visada foucaultiana, é explorada tanto em sua (in)definição histórica, ou seja, em seu início não localizável temporalmente, quanto na conjuntura em que ela passa a existir.

Com base no pensamento do autor e considerando que a repercussão da notícia trazida pela mídia, entre os internautas, configura um

⁵ Trecho retirado da matéria do jornal *online* Midiamax.

⁶ Segundo o filósofo francês, é preciso “passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 2014, p. 53).

complexo de enunciados, devemos problematizar como o discurso insurge em diferentes ângulos do espaço-tempo recortado, sem um limite ou ponto de enunciação primário. Nesse sentido, ele é tomado como “[...] fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade [...]” (FOUCAULT, 2019, p. 143). Isso significa que não temos interesse em produzir um tratado que remeta ao surgimento dessa modalidade de educação na cidade ou dos números já obtidos, porque o nosso propósito delinea um problema do hoje, mas que ecoa em lutas passadas e projeta aquelas que ainda serão travadas por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ciente da atemporalidade da problemática em análise, assumimos, com Gregolin (2004), o potencial dos textos históricos de (re)construir o real. Dependentemente da posição assumida por quem analisa os fatos, portanto, os acontecimentos podem ser contados sob diferentes pontos de vista, uma vez que “[...] o autor do texto histórico – como na literatura, ou no texto científico – é apenas, e sempre, efeito construído pelo discurso” (GREGOLIN, 2004, p. 23). No encaço das reflexões da pesquisadora, avistamos que a história passa a ser lida pelo viés da interpretação, desvinculando-se, assim, da vivência centrada somente nos homens (re)conhecidos ou nos acontecimentos de natureza política.

Ainda segundo Gregolin (2007), a proposta foucaultiana se estabelece na análise das *condições de possibilidade* para o surgimento ou o silenciamento de determinados enunciados em certos períodos. Em sua concepção, a mídia – espaço de proliferação dos discursos em defesa dos professores no evento em análise – é o principal local em que “[...] é construída uma ‘história do presente’ como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento” (GREGOLIN, 2007, p. 17). Nesse lugar, como em outras instâncias discursivas, podemos ter acesso a um funcionamento responsável por resgatar e/ou apagar dizeres, sem que se minimize o potencial dos efeitos de originalidade assumidos na enunciação.

Geralmente, em modalidades de fala pública - decretos educacionais, pronunciamentos de líderes e demissões formais, os membros da sociedade não são consultados previamente e nem sempre conseguem reverter decisões já publicadas. Em comparação com esses espaços de discursivização, as redes sociais digitais, por outro lado, ensejam o rompimento com as instituições formais de poder, pois fornecem ferramentas

de engajamento concreto também aos sujeitos não legitimados.

Apesar das diferenças entre as duas instâncias e o teor mais democrático das redes sociais, não se deve conceber o espaço digital como livre de confrontos. Silveira (2020, p. 03) ressalta que temos, “de um lado, modos de regulação dos dizeres ordinários e, de outro, emergência de vozes historicamente silenciadas”. A repercussão da luta ocorre pela normatização própria aos ambientes, através de suas ferramentas, e pela inscrição dos internautas na ordem midiática.

Nessa direção, o *Facebook* propicia a diferentes existências certa visibilidade na história. Fundada em 2004, a plataforma conta com perfis comerciais, artísticos, políticos e *ordinários* (SILVEIRA, 2015). A última categoria diz respeito a sujeitos

[...] Que agora podem publicar (midiatizando) aquilo que antes estava restrito ao burburinho indefinido do cotidiano e, sobretudo, o que eles dizem sobre a política e o político, o que afeta certamente ‘a coletividade’, mas não apenas e nem sempre de modo negativo (SILVEIRA, 2015, p. 22)

Com a entrada do digital, formaram-se novos métodos de enfrentamento às repressões e ao silenciamento cotidiano, promovidos pela fabricação massiva de postagens e pelo embate de posicionamentos entre os usuários da rede. Dentre os principais recursos de engajamento oferecidos em sua interface, temos as reações – curtir, amei, haha, uau, triste e grr – o compartilhar e o comentar. Embora todas viabilizem interação com o conteúdo veiculado, o comentário pode ser o mais extenso no nível discursivo. Além disso, nele, os indivíduos têm à disposição outros meios para responder ao usuário que fez uma publicação.

Partindo da hipótese de que todo discurso se erige sob determinados dispositivos reguladores cujo funcionamento de controle é interno ou externo à prática discursiva, lembramos que, ao tratar do primeiro grupo, Foucault (2014) caracteriza os comentários como um desnivelamento entre o texto primeiro e o segundo. Nas palavras do filósofo francês, o gênero “[...] permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (FOUCAULT, 2014, p. 24). Tal recurso funda novos discursos e, ao mesmo tempo, incube-se de dizer como se fosse a origem da enunciação. No âmbito midiático, reaparecem já ditos, reivindicações já realizadas, porém distintas de sua fonte por (re)significarem o acontecimento de seu retorno.

Concebendo os comentários enquanto suportes para *discursos ordinários*, e os discursos como *práticas discursivas*, vemos, nos enfrentamentos empreendidos pelos internautas, um gesto de *resistência*. Na acepção foucaultiana, onde “[...] não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência” (FOUCAULT, 2004, p. 268). Então, no entremeio de tal sistema, a manifestação contra as decisões da prefeitura municipal, a utilização do *Facebook* como mecanismo de luta e o reavivamento de comentários sobre os direitos dos indivíduos com deficiência representam uma quebra na história linear e consolidam investidas em oposição às adotadas pelos segmentos de poder legitimado.

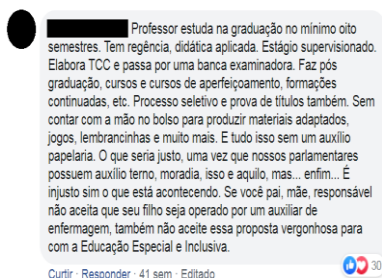
4. A *resistência*

As demandas dos manifestantes na capital de Mato Grosso do Sul, levadas às ruas e às redes, constituíram uma resposta localizada às ações promovidas por sua prefeitura. Rompendo com o sistema de conquistas mais globais – como a promulgação de legislação específica – tal empreendimento produziu uma *história do presente*, no que diz respeito às condições de acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino básico. Como forma de destacarmos, em nosso movimento analítico, alguns engajamentos de sujeitos afetados total ou parcialmente pela decisão da SEMED, recortamos três comentários das publicações⁷ dos jornais *on-line*, no *Facebook*, sobre a manifestação.

Nas postagens realizadas na rede social, encontramos, primeiramente, enunciados voltados à qualificação da docência. Por meio deles, ratifica-se a importância da formação especializada, envolvendo desde as teorizações até as práticas didáticas, relacionadas às avaliações e estratégias de estímulo para professores destinados ao atendimento mais adequado. Assim, o desenvolvimento de competências no ensino superior e em cursos de pós-graduação tornou-se um dos pilares de aprimoramento educacional, como podemos observar, a seguir:

⁷ Link referente à postagem do jornal Campo Grande News: <<https://www.facebook.com/cgnews/posts/2318489971553175>>. Acesso em: 23 abr. 2020. Link referente à postagem do jornal Mídiamax: <<https://www.facebook.com/midiamax/posts/2938653099540651>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Comentário I.



Fonte: *Print* realizado pelas autoras.

As atribuições dos APE são reguladas por referenciais voltados à atuação em sala de aula. Como debatido pela internauta em seu comentário, o professor passa por diversos processos em sua trajetória acadêmica, até estar apto a exercer sua profissão. Ao comparar a realidade desse grupo com medidas disponíveis no âmbito político, em “[...] e tudo isso sem um auxílio papelaria. O que seria justo, uma vez que nossos parlamentares possuem auxílio terno, moradia, isso e aquilo [...]”, a usuária da rede rememora a diferença entre o auxílio recebido por ocupantes de cargos políticos, por exemplo, e os investimentos depositados no campo educacional.

A fim de traçar uma comparação com ofícios representativos na sociedade, a internauta afirma que o professor coloca “a mão no bolso para produzir materiais adaptados, jogos, lembrancinhas e muito mais”. Além da utilização de parte do próprio salário com propósito pedagógico, a prática discursiva permite-nos destacar como o exercício da prática docente requer conhecimentos e experiência inclusive para adequação de conteúdo planejado à realidade das turmas em andamento.

Diante das discussões traçadas até aqui, acreditamos que os dispositivos institucionais estabelecem conexões entre a atuação profissional dos APE e as necessidades dos alunos com deficiência implementadas pela LDB. No documento, de acordo com o capítulo V, art. 59,

Os sistemas de ensino assegurarão aos alunos da Educação Especial:
i) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; ii) terminalidade específica para

aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; [...] iv) [...] a sua efetiva integração na vida em sociedade [...] (BRASIL, 1996, s/p)

Ao comparar, os sujeitos sem qualificação específica com auxiliares de enfermagem, a internauta também reforça a importância do profissional especializado no âmbito escolar e da manutenção de suas funções. É preciso, contudo, utilizar essa metáfora para que seja possível chamar atenção sobre a seriedade dos trâmites rebatidos, uma vez que a utilidade ou não do corpo docente parece determinada por demandas mais políticas que científicas.

Para Foucault (2009), em nossa sociedade, a punição ultrapassa os atos unicamente violentos. Segundo o filósofo francês,

[...] ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão [...]. (FOUCAULT, 2009, p. 28)

Tal sistema atinge tanto o corpo-existência do aluno, quanto o do APE. No caso do estudante, é designado um acompanhamento educacional que não precisa, necessariamente, de uma formação didática voltada às heterogeneidades do sujeito com deficiência. Por outro lado, quando não se torna mais útil aos encaminhamentos políticos, o APE também vira alvo das relações de força ao ser desligado de suas funções. Como complemento da relação aluno-professor, os pais e/ou responsáveis assumem, também, um papel de destaque na luta por um ensino público, gratuito e de qualidade, conforme é possível observar na segunda instância de postagens, recortada com o comentário a seguir:

Comentário II.



MEU FILHO É AUTISTA, EPILÉTICO, EU VOU PROCESSAR ELES, JAMAIS PERMITO MEU FILHO NA ESCOLA SEM A APE DELE

[Curtir](#) · [Responder](#) · 41 sem

Fonte: *print* realizado pelas autoras.

Ao caracterizar seu filho no comentário II, o sujeito feminino, enquanto mãe, destaca o silenciamento das medidas educacionais que se

encarregam da democratização do acesso ao ensino. A usuária, ao utilizar o advérbio de intensidade “jamais”, delinea suas medidas de resistência contra as distintas formas de poder e ressalta o risco de manter seu filho na escola o sem o acompanhamento de sua APE.

Com a afirmação “eu vou processar eles”, a mãe se utiliza de prerrogativas jurídicas para sustentar sua denúncia. Os desdobramentos desse embate contra a supressão de direitos do indivíduo com deficiência fazem referência a lutas iniciadas anteriormente. De acordo com Schipper e Witzel (2015),

A comunidade e o governo não priorizavam a questão da pessoa com deficiência, pois estas preocupações cabiam unicamente às instituições. As pressões por igualdade de direitos iniciam um debate solicitando uma mobilização da comunidade e a sensibilização do poder público frente a um descaso cristalizado pelo governo. (SCHIPPER; WITZEL, 2015, p. 306)

Embora o comentário tenha como marca a primeira pessoa do singular, nos verbos “vou” e “permito”, é necessário demarcar que a aparição desse enunciado no evento discursivo em análise sinaliza, na esteira do pensamento das autoras, uma mobilização contra as decisões do governo. Fora do âmbito institucional, dado que a pauta sobre o bem-estar e o desenvolvimento do aluno com deficiência progrediu, a demissão dos encarregados pelo apoio especializado significa, pois, um retrocesso.

Face aos problemas apontados, a atualização do sistema educativo e, em particular, do exercício docente, continuará falhando se não houver consistência nas diretrizes políticas adotadas. Para além dos comentários sobre os alunos e os professores, um terceiro eixo de manifestações também merece destaque:

Comentário III.



Fonte: *print* realizado pelas autoras.

Nas manifestações contra o corte dos professores, não raramente, o questionamento sobre a *inclusão* insurgiu na instância dos comentários.

Estabilizado, o conceito promove distinções separatistas. No comentário III, a discursivização do adjetivo “indignada” demonstra a oposição do *sujeito ordinário* frente às decisões do governo municipal. Para reforçar a luta empreendida, o sujeito feminino utiliza-se das prerrogativas institucionais, indagando sobre a efetividade da lei. O retrocesso educacional, sustentado ou não por necessidades administrativas, pode resvalar, segundo a internauta, na permanência do sujeito com deficiência em casa – retornando aos períodos de reclusão do indivíduo que escapa aos padrões sociais.

Além disso, a substituição dos APE, na fala da usuária, corresponde a uma tentativa de fazer com que os “pais desistam” de manter os filhos na escola. O verbo “desistir”, conjugado na 3ª pessoa do plural do presente do modo subjuntivo, pode ser tomado em oposição ao “resistir”. Nessa troca possível, depreendemos que a manifestação pela permanência dos alunos com necessidades especiais no ensino básico é um ato de enfrentamento necessário. Indo além, trata-se de refutar o sistema adotado nas instituições – sendo elas escolares ou não – para que as heterogeneidades constituintes do sujeito sejam consideradas.

O enunciado, conforme Foucault (2019), pode se tornar um objeto de replicação ou provocar rupturas em um dispositivo de repressão, pois fornece instrumentos para o confronto. De acordo com o autor,

[...] o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2019, p. 128)

Cientes da potencialidade da enunciação, em nosso percurso analítico, vemos a emergência de, no mínimo, três lugares de fala: uma pontuando o processo formativo e o comprometimento exigido ao APE; outra defendendo a permanência e os direitos do sujeito com deficiência no âmbito escolar; e a última denunciando a relação entre o não cumprimento da lei e as possíveis consequências das medidas adotadas pelos governantes. Assim, a mobilização dessas discursividades em tempos de resistência delata os atos mais alinhados ao controle e à exclusão do que com a própria educação.

5. *Considerações finais*

O caráter autoritário com que políticas públicas voltadas à Educação Especial têm sido decretadas chamou nossa atenção tanto pelo modo

como são implementadas quanto pelas arestas que permeiam cada alteração. Na ânsia de conquistar uma homogeneidade educacional, a busca desenfreada pela inclusão deixa lacunas no que se refere à compreensão das diferenças.

As práticas discursivas mobilizadas nos comentários do *Facebook*, analisados neste artigo, uniu dizibilidades de representantes inseridos na ordem discursiva escolar, fazendo reverberar maior conscientização da população afetada acerca do que configura resistir enquanto dispositivo de poder coletivo.

Dentre os movimentos observados nos *discursos ordinários*, estão a luta pelo direito e pela qualidade do ensino dos estudantes com deficiência; o embate pela permanência dos APE no ensino básico; e a defesa da Educação Especial. Da mesma forma, como alerta o pensamento foucaultiano mobilizado em nosso pressuposto teórico-metodológico, é preciso *resistir* em meio às múltiplas repressões que silenciam e se impõem contra grupos não privilegiados em quaisquer instâncias, localizações, temporalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de set. de 2001. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Decreto 13.146, de 6 de jul. de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social* (2003/05), Bruxelas, COM, 2003.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. In: *Verve*. V. 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. de Elisa Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Trad. de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-42.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: *Comunicação, Mídia e Consumo*, V. 4, n. 11, 2007, p. 11-25.

SCHIPPER, Carla Maria de; WITZEL, Denise Gabriel. Discurso e mídia: construção de concepções da pessoa com deficiência intelectual em propagandas. In: *Revista Educação Especial*, V. 28, n. 52, p. 295-310, maio/ago. 2015.

SILVEIRA, Juliana da. *Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter*. 210f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Letras, Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, Juliana da. Hashtags e trending topics: a luta pelo(s) sentido(s) nos espaços enunciativos informatizados. In: *Interletras*, V. 8, n. 31, abr./set. 2020, p. 1-18.